

Valorização do mínimo já está em debate

A aprovação do salário mínimo no valor de R\$ 545 pelos deputados federais, no Congresso Nacional, na última quarta-feira, não agradou aos brasileiros e abriu uma discussão sobre o assunto com relação às diretrizes estabelecidas para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2015.

Um dos pontos polêmicos da matéria era o Artigo 3º que estabelece que os reajustes e aumentos fixados pela futura lei a vigorar entre 2012 e 2015 serão estabelecidos pelo Poder Executivo por meio de decreto.

Para o professor titular de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (-UFRJ), Reinaldo Gonçalves, a medida é boa, mas incompetente na fórmula, já que o aumento é em 2011 com o reajuste do índice de 2009.

"O reajuste automático é interessante, mas está sendo realizado de forma errada. Não há um crescimento real, pois em 2009 houve queda na economia de 0.6%. O salário acaba tendo um reajuste negativo", explicou.

Na opinião do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri, apesar

de não ter sido o aumento esperado, manter o salário mínimo em R\$ 545 é uma boa decisão.

"O salário mínimo não é um meio de combate à pobreza como o Bolsa Família, mas o que me preocupa daqui há alguns anos, quando o mínimo tiver impacto nas contas públicas", disse.

O plenário da Câmara rejeitou a emenda do DEM que pretendia aumentar para R\$ 560 o valor do salário mínimo. Foram 361 votos contrários, 120 a favor e 11 abstenções. Com a rejeição da emenda, a Câmara mantém o salário mínimo de R\$ 545.

Aumento maior no Rio

No Rio, os pisos regionais do estado, caso o governo estadual aplique o percentual da inflação anual de 2010, 6,52%, o menor piso regional da faixa 1, que engloba os trabalhadores do setor agrícola, passaria de R\$ 553,31 para aproximadamente R\$ 580. Já para a faixa 2 que compreende domésticos e serventes o piso passaria de R\$ 581, 88 para o valor aproximado de R\$ 615.